

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e Relatório
dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN**, identificadas como Controladora e Consolidado que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2018 a CODERN possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 379.519 mil (R\$ 417.630 mil em 2017), representando aproximadamente 90% do seu ativo total. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, bem como não foi realizado o inventário físico dos bens, nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência física dos bens por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia mantém o montante de R\$ 12.067 na rubrica “Imobilizações em Curso”, que, em sua maioria, referem-se a (1) obras antigas e já concluídas e ao (2) desenvolvimento do sistema ERP que já se encontra em operação. Na data das demonstrações contábeis de 2018 a administração ainda estava no processo de identificar a datas de quando estes bens entraram em operação e realizar o reconhecimento da depreciação. Os efeitos que a falta de controle possa ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado e em seu resultado não foram determinados.

Em 31 de dezembro de 2018 a CODERN possui registrado no balanço patrimonial um estoque no valor de R\$ 6.662 (R\$ 7.146 em 2017). A empresa não realizou inventário dos estoques dos Portos de Areia Branca e Natal, os quais representam 99% do total do estoque total da companhia. Adicionalmente, a introdução do novo sistema informatizado de estoques durante o exercício 2015 resultou em diversos erros no saldo de almoxarifado. Na data das demonstrações contábeis de 2018 a administração ainda estava no processo de sanar as deficiências do sistema e de corrigir os erros. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar os ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Conforme nota explicativa nº 14, a CODERN apresenta saldos de R\$ 64.229 mil decorrentes de créditos da união, que de acordo com a contabilidade são relativos aos convênios nº 009/2008, 001/2008 e 268/2006. Estes convênios foram firmados para a realização de investimentos em obras e ampliação. Entretanto, os contratos firmados não preveem o pagamento dos referidos investimentos e, atualmente, a CODERN não consegue estimar com confiabilidade a real exigibilidade da obrigação, bem como o seu prazo para realização. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no passivo e no resultado da Companhia.

Conforme discutido na 646ª reunião do Conselho de Administração no dia 24 de janeiro de 2019 (item 2.1), os usuários dos portos da CODERN, em sua maioria salineiros do Porto de Areia Branca, frequentemente necessitam realizar manutenções corretivas, a título de doação, para que não seja paralisado suas operações do porto. Contudo, a Companhia não realiza a contabilização destas

doações. Até a data deste relatório não recebemos da administração da Companhia qualquer documentação e/ou informação para que pudéssemos avaliar os riscos, benefícios e montantes financeiros envolvidos nestas transações. Em virtude disto, os ativos, passivos e resultado da Companhia apresentam distorções em montante não estimado.

Em 31 de dezembro de 2018, a CODERN totalizou (R\$ 87.472 mil) de Ajustes de Exercícios Anteriores. Contudo, a Companhia apresentou suas Demonstrações Financeiras em desconformidade com as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Deliberação 592/09 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM), itens 42 e 49, notadamente ao que se refere representação retrospectiva dos valores comparativos devido a correção dos erros materiais de períodos anteriores.

A CODERN não reconheceu a Despesa Tributária de PIS e COFINS no montante de R\$ 2.097 mil no exercício de 2018. Os valores, em sua maioria (R\$ 1.691 mil), referem-se a falta de apuração de tributos incidentes na incorporação de bens imóveis ao patrimônio do Porto de Maceio das benfeitorias realizadas por arrendatários de áreas do porto quando do encerramento de contratos de arrendamento. Ou demais valores (R\$ 406 mil), referem-se ao não reconhecimento como receita das taxas devidas de atividade de apoio aos navios, conforme descrito na nota explicativa 24. Em 2018, a empresa ainda estava no processo de identificar e mensurar os custos atribuídos aos serviços prestados por concessionárias de água e energia e, desta forma, realizar a apuração das taxas líquidas, conforme prever o Tarifário aprovado pela ANTAQ. Como consequência, o Passivo, Patrimônio Líquido e o Resultado estão a maior em R\$ 2.097 mil.

Conforme descrito na nota explicativa 13, a CODERN constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. A Companhia apresentou em nota explicativa o montante de R\$ 25.140 mil com prognóstico de Perda Possível, contudo, a assessoria jurídica da Companhia entende que são processos com perda provável. Consequentemente, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido está a menor e a maior no referido valor.

A CODERN responde solidariamente ao Porto de Recife S/A no processo 00786888-32.2004.8.19.0001 que tramita na 45ª Vara Cível da Comarca da Capital do RJ, que tem como autor o Instituto de Seguridade Social - PORTUS, que cobra de duas das patrocinadoras (CODERN e Porto de Recife S/A) de seu plano de benefício previdenciários o pagamento de contribuições destinadas ao custeio e à consequente manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano. Relativo a este processo, a CODERN mantém provisionado como perda provável o montante de R\$ 24.461 mil. Contudo, o valor atualizado baseado nos cálculos judiciais da execução e validados internamente pela Companhia, é R\$ 41.001 mil. Consequentemente, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido está a menor e a maior em R\$ 16.380 mil.

De acordo com a nota explicativa nº 2 a empresa elabora as suas demonstrações financeiras considerando a premissa de continuidade operacional. Entretanto, a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e passivo a descoberto. Entre os fatores citados na referida nota explicativa, para o quadro apresentado de descontinuidade, constam as despesas financeiras e o reconhecimento de *Impairment*. Entretanto, a empresa apresenta prejuízo acumulado de (R\$ 1.159.748 mil) em 2018 (R\$ 931.718 mil negativo em 2017), o que torna necessária divulgação sobre quais as ações da administração no sentido de reverter este quadro de prejuízo direto nas operações.

De acordo com a nota explicativa nº 1, por força do Decreto nº 99.475, de 24/08/1990 e conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31/12/2007, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN. Contudo, o 9º aditivo, celebrado em 27/12/2018, teve vigência até 29/07/2019. Apesar dos Administradores alegarem que um novo Termo de Aditivo foi celebrado, não nos foi apresentado até o fim de nosso trabalho. Por outro lado, a Administração da Companhia estuda a continuidade ou a cisão entre o Porto de Natal e Areia Branca (RN) e o Porto de Maceió (AL), após solicitação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2019 e baseado na sugestão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Em decorrência desses assuntos e da incerteza da continuidade operacional (cisão), não estamos em condição de opinar sobre os possíveis efeitos que ocasionaria nos ativos, passivos e patrimônio líquido da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

Outros Assuntos

A demonstração individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para cumprimento a exigências estatutárias, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 27 de agosto de 2019.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8


José Emerson Firmino
Contador
CRC/RN 6570/O-6


Jarlan Pereira da Silva
Contador
CRC/RN 11701/O-0

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Balanco patrimonial - Ativo
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	18.529	24.335	19.032	25.064
Contas a Receber	5	6.406	7.610	7.494	10.166
Outros Créditos		7.125	8.585	2.782	6.177
Adiantamentos		9	22	590	580
Impostos a Recuperar		1.125	1.363	1.636	3.229
Devedores Diversos	6	5.990	7.066	556	2.234
Outros valores a receber		0	134	0	134
Estoques	7	6.584	7.092	6.662	7.146
Despesas Antecipadas		2	38	21	44
Total do ativo circulante		38.646	47.660	35.991	48.596
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	5.395	6.390	5.388	7.457
Contas a Receber - LP		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		290	1.366	945	2.430
Bloqueios Judiciais		5.097	5.016	4.432	5.016
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	251.199	302.276	379.519	417.630
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		256.604	308.677	384.937	425.119
Total do Ativo		295.250	356.336	420.928	473.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Balanco patrimonial - Passivo e patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante					
Contas a Pagar	12	59	49	59	49
Fornecedores		4.003	4.213	6.331	6.336
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	51.678	22.444	92.748	44.659
Provisões	11	3.190	2.836	4.340	3.973
Outras Obrigações		1.707	1.679	4.271	2.835
Total do passivo circulante		60.638	31.220	107.749	57.852
Não Circulante					
Contas a Pagar	12	10.494	12.454	11.457	22.351
Provisão para contingências	13	36.494	36.564	40.265	40.068
Créditos para aumento de capital	16	56.818	57.682	924.133	756.738
Outros Créditos da União	14	275	275	64.229	64.229
Total do passivo não circulante		104.081	106.974	1.040.085	883.386
Total do passivo		164.719	138.194	1.147.834	941.239
Passivo a descoberto					
Capital Social	15	432.843	432.843	432.843	432.843
Créditos para aumento de capital	16	-	-	-	31.351
Prejuízos acumulados	17	(302.312)	(214.701)	(1.159.749)	(931.718)
Total do patrimônio líquido		130.531	218.142	(726.906)	(467.524)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		295.250	356.336	420.928	473.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)	2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)
Receita Líquida dos serviços	18	37.504	33.461	53.326	44.777
Custos operacionais	19	(44.334)	(49.627)	(65.140)	(68.151)
Lucro Bruto		(6.830)	(16.166)	(11.814)	(23.374)
(Despesas)/Receitas operacionais		(58.209)	(100.446)	(49.611)	(110.335)
Despesas gerais e administrativas		(17.383)	(17.669)	(33.903)	(33.216)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	20	(36.642)	(83.557)	(36.642)	(83.557)
Despesas tributárias		(267)	(51)	(313)	(56)
Provisões diversas	21	(7.274)	(1.521)	(7.863)	(2.114)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	22	(607)	(809)	(1.294)	(2.123)
Receitas patrimoniais	23	397	310	26.833	12.756
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	3.567	2.851	3.571	(2.025)
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(65.039)	(116.612)	(61.425)	(133.709)
Receitas financeiras	25	3.392	2.252	3.698	2.378
Despesas financeiras	25	(10.237)	(6.279)	(88.505)	(77.020)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0007)	(0,0008)	(0,0011)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017	2018	2017
Resultado do Período		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Outros Resultados Abrangentes		0	0	0	0
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2016		432.843	0	(93.907)	338.936
Prejuízo líquido do período				(120.638)	(120.638)
Ajustes de Exercícios Anteriores				(155)	(155)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	(214.701)	218.142
Mutações do período		0	0	(120.793)	(120.793)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	(214.701)	218.142
Prejuízo líquido do período	17			(71.885)	(71.885)
Ajustes de Exercícios Anteriores	17			(15.727)	(15.727)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(302.312)	130.531
Mutações do período		0	0	(87.612)	(87.612)
Em 31 de dezembro de 2016		432.843	660.950	(723.354)	370.439
Prejuízo líquido do período				(208.351)	(208.351)
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante			(629.599)		(629.599)
Ajustes de Exercícios Anteriores				(13)	(13)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	(931.717,69013)	(467.523)
Mutações do período		0	(629.599)	(208.364)	(837.962)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	(931.717,6901)	(467.523)
Prejuízo líquido do período	17			(146.233)	(146.233)
Ajustes de Exercícios Anteriores	17			(81.799)	(81.799)
Atualização dos créditos para aumento de capital			1.966		1.966
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante			(33.318)		(33.318)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	(0)	(1.159,749)	(726,906)
Mutações do período		0	(31.351)	(228.031)	(259.382)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		16.861	23.231	22.041	25.601
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		36.642	83.557	36.642	83.557
Ajustes		8.125	(156)	(52.521)	1.162
Provisões		-	280	37	786
Despesas de atualização monetária		7.238	4.778	80.399	74.234
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		1.336	(1.736)	2.657	(2.265)
Outros créditos		1.328	478	3.209	(678)
Estoques		508	2.486	484	2.495
Despesas antecipadas		37	(27)	22	(30)
Outros ativos não circulantes		996	(857)	2.069	(957)
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		10	(30)	10	(30)
Fornecedores		(209)	1.555	(5)	2.102
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		19.924	7.326	36.429	2.126
Provisões de Férias e 13º Salário		355	181	367	340
Outras Obrigações		28	130	1.638	5.960
Outros passivos não circulantes		(25.280)	921	26.723	5.022
Provisão para contingências		-	-	-	1.644
Caixa gerado pelas operações		(3.987)	1.479	13.969	(7.279)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.987)	1.479	13.969	(7.279)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(2.425)	(1.656)	(20.607)	3.188
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.425)	(1.656)	(20.607)	3.188
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos		-	-	-	3.730
Crédito para aumento de capital		607	5.311	607	5.311
Caixa líquido das atividades de financiamento		607	5.311	607	9.041
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.806)	5.133	(6.032)	4.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		24.335	19.202	25.064	20.114
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		18.529	24.335	19.032	25.064
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.806)	5.133	(6.032)	4.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)	2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)
1 Receitas		37.504	39.450	53.326	66.761
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		37.504	39.383	53.326	66.314
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	67	0	447
2 Insumos adquiridos de terceiros		(51.197)	(97.131)	(65.235)	(112.856)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.484)	(13.378)	(28.256)	(24.163)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		(36.642)	(83.557)	(36.642)	(88.433)
2.3 Outras		(71)	(196)	(337)	(260)
3 Valor adicionado bruto		(13.693)	(57.681)	(11.909)	(46.096)
4 Retenções		(25.660)	(32.375)	(31.939)	(107.618)
4.1 Depreciação e amortização		(15.315)	(22.726)	(20.099)	(25.096)
4.2 Provisões		(10.345)	(9.649)	(11.840)	(82.522)
5 Valor adicionado líquido		(39.353)	(90.056)	(43.847)	(153.714)
6 Valor adicionado recebido em transferência		7.725	5.103	35.825	5.229
6.1 Receitas financeiras		3.392	2.252	3.698	2.378
6.2 Outras		4.333	2.851	32.127	2.851
7 Valor adicionado a distribuir		(31.628)	(84.953)	(8.022)	(148.485)
8 Valor adicionado distribuído		(31.628)	(84.953)	(8.022)	(148.485)
8.1 Pessoal		29.752	28.477	48.255	49.329
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		23.217	23.224	39.696	40.585
8.1.2 Benefícios		6.534	5.254	8.559	8.744
8.2 Impostos, taxas e contribuições		267	5.662	1.450	8.836
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		267	5.662	1.450	8.836
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		10.237	1.546	88.505	1.701
8.3.1 Juros e Correção Monetária		10.237	1.472	88.505	1.627
8.3.2 Aluguéis		0	74	0	74
8.4 Remuneração de capitais próprios		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 8º Termo Aditivo a partir de 01.01.2017, vigente até 31.12.2018 e 9º Termo Aditivo a partir de 01.01.2019, vigente até 29/07/2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 146.233 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 76.116 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 1.159.749 mil.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e Controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 R1 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 R1, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recursos em bancos	334	195	563	616
Recursos em Tesouro - SIAFI	7.771	8.235	7.771	8.235
Aplicações financeiras	10.425	15.905	10.698	16.213
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.529	24.335	19.032	25.064

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 1% durante o exercício de 2018, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 30 de setembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	10.021	10.760	12.755	14.961
Menos: provisão para impairment de contas a receber de clientes	(3.616)	(3.150)	(5.261)	(4.795)
Contas a receber de clientes líquidos	6.406	7.610	7.494	10.166
Total Contas a Receber	6.406	7.610	7.494	10.166

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS.

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Portos Conveniados	3.389	3.195	2.272	2.434
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.703	4.412	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	351	0	351
Outros devedores diversos	96	76	482	417
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(968)	(2.197)	(968)
Total Devedores Diversos	5.990	7.066	556	2.234

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Material de consumo permanente Sede	354	240
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	6.230	6.852
Material de consumo permanente Maceió	78	54
Total	6.662	7.146

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais e Contratuais	929	1.366	2.173	2.430
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(640)		(1.229)	
Bloqueios Judiciais	10.005	5.016	9.340	5.016
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)		(4.908)	
Cauções	8	8	11	11
Total	5.395	6.390	5.388	7.457

Foi reconhecida na contabilidade a Provisão para perdas dos valores bloqueados de usuários, conforme despacho do Diretor Presidente, constante do Memº 126/18-GERFIN, uma vez que se tratam de valores da década de 90 e a Companhia ainda se encontra em processo de levantamento quanto a recuperabilidade destes valores.

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
				31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	115.578	(71.363)	-	44.215	49.969
Equipamentos Industriais	101.401	(60.656)		40.745	45.820
Embarcações	3.924	(3.213)		711	796
Veículos	251	(251)		0	3
Móveis e Utensílios	2.333	(1.085)		1.248	1.384
Informática	1.142	(943)		199	359
Máquinas	1.519	(867)		652	786
Motores	19	(13)		6	7
Aparelhos	3.285	(2.920)		365	409
Sistema de Segurança	1.018	(837)		182	231
Galpão	334	(334)		0	60
Outros bens	352	(247)		105	114
Bens Imóveis	490.333	(157.222)	(138.195)	194.917	240.533
Imóveis de natureza industrial	344.142	(118.495)	(138.195)	87.452	225.417
Instalações	78.194	(28.062)		50.132	6.466
Obras de acesso	4.816	(1.351)		3.464	1.680
Prédios	63.080	(9.314)		53.766	6.867
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	0	0		0	0
Imobilização em Curso	13.635	-	(1.568)	12.067	11.773
Total	619.547	(228.585)	(139.762)	251.199	302.276

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado	
				Saldo líquido em 31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	116.331	(72.014)	-	44.318	50.103
Equipamentos Industriais	101.535	(60.731)		40.804	45.882
Embarcações	3.924	(3.213)		711	796
Veículos	585	(585)		0	3
Móveis e Utensílios	2.444	(1.187)		1.257	1.397
Informática	1.142	(943)		199	359
Máquinas	1.522	(869)		653	786
Motores	19	(13)		6	7
Aparelhos	3.453	(3.056)		397	463
Sistema de Segurança	1.018	(837)		182	231
Galpão	334	(334)		0	60
Outros bens	355	(247)		108	118
Bens Imóveis	629.042	(167.882)	(138.195)	322.965	355.754
Imóveis de natureza industrial	458.465	(126.958)	(138.195)	193.313	335.851
Instalações	79.072	(28.073)		50.999	6.466
Obras de acesso	5.751	(1.998)		3.752	1.680
Prédios	80.380	(9.667)		70.713	7.041
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	5.272	(1.186)		4.086	4.613
Imobilização em Curso	13.804	-	(1.568)	12.236	11.773
Total	759.177	(239.896)	(139.762)	379.519	417.630

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imp. Encargos a Recolher	21.495	17.949	54.602	35.582
Salário a Pagar	899	819	918	819
Autônomos - INSS	158	161	204	161
PORTUS	28.683	2.982	36.581	7.565
Parcelamento Portus	17.569	0	17.569	0
Parcelamento RTSA	11.115	2.982	19.012	7.565
Parcelamento ISS	360	450	360	450
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas	51.678	22.444	92.748	44.659

O valor R\$ 17.569 mil refere-se o saldo remanescente da dívida da CODERN que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço, em 31/12/18, conforme relatório atuarial de empresa independente.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2018, correspondentes ao valor de R\$ 4.340 mil (R\$ 3.973 mil em 31 dezembro de 2017), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prov. Férias	3.190	2.836	4.340	3.973
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total férias a pagar	3.190	2.836	4.340	3.973

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empregados	16	16	16	16
Terceiros	43	33	43	33
Total contas a pagar passivo circulante	59	49	59	49

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Portus - Instituto de Seguridade Social	9.098	10.401	9.690	10.901
Parcelamento INSS	0	0	0	70
Parcelamento ISS	1.260	1.620	1.631	2.090
Parcelamento IRPJ	52	259	52	259
Parcelamento PIS/COFINS	84	174	84	414
Rateio - Maceió	0	0	0	0
Parcelamento PERT - Maceió	0	0	0	8.617
Total contas a pagar passivo não circulante	10.494	12.454	11.457	22.351

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizada até dezembro/18, totalizando em 31/12/2018 R\$ 28.702 mil, sendo apropriado R\$ 9.690 no Passivo Não Circulante e R\$ 19.012 no Passivo Circulante.

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.557	2.508	13.002	40.068
Provisões constituídas no período	0	1.004	90	1.094
Baixas de provisões	0	(538)	(45)	(583)
Reversões	0	(268)	(45)	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.557	2.706	13.002	40.265

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.18, totalizou R\$ 2.706

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2018, totalizou R\$ 24.557 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2018 o montante de R\$ 13.002 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2018 somou R\$ 104.635 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	3.721	234	3.955
Causas Fiscais	38.199	36	38.235
Causas Cíveis	62.345	100	62.445
Total	104.265	370	104.635

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2018, totalizou R\$ 64.229 mil.

15. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	432.843	432.843
Aumento de capital com reservas	-	-
Compensação de prejuízos com redução de capital	-	-
Saldo Final	432.843	432.843

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ordinárias nominativas	98.365.213.231	98.365.624.890
Preferenciais nominativas	82.832.151.204	82.832.561.687
Total de ações	181.197.364.435	181.198.186.577

16. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, cujos valores do Porto de Maceió (R\$ 867.315) registrados no Passivo não Circulante ocasionou um Passivo a Descoberto no Exercício, assim como contribuiu para o acréscimo do Prejuízo Acumulado da Companhia, abaixo demonstrado:

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Porto de Natal e Areia Branca	56.818	57.682
Porto de Maceió	867.315	699.056
Total	924.133	756.738

17. Prejuízos acumulados

a. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de 71.885 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 74.348 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no período de R\$ 146.233 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como, depreciação, *impairment* e variação monetária passiva, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de dezembro 2018 de R\$ 11.145 mil para Codern-Sede (prejuízo) e R\$ 3.994 mil para APMC. Conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido	(71.885)	(120.638)	(74.348)	(87.713)	(146.233)	(208.351)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	16.861	23.231	5.180	2.370	22.041	25.601
Impairment	36.642	83.557	0		36.642	83.557
Variação monetária passiva	7.238	4.778	73.162	69.456	80.399	74.234
Resultado líquido ajustado	(11.145)	(9.072)	3.994	(15.887)	(7.151)	(24.959)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

18. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta dos serviços prestados				
Total da Receita bruta	43.736	39.020	62.102	52.231
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.232)	(5.559)	(8.776)	(7.454)
Receita líquida dos serviços prestados	37.504	33.461	53.326	44.777

19. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Encargos	17.895	16.477	28.269	26.765
Material de Operação	4.544	4.071	4.853	4.376
Material de Manutenção	2	17	28	36
Serviços de Manutenção e Reparos	211	204	685	676
Serviços Prestados por Terceiros	6.397	6.218	11.243	11.304
Encargos Operacionais Diversos	69	33	69	33
Depreciação Direta	15.216	22.607	19.993	24.959
Total	44.334	49.627	65.140	68.151

20. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Encargos	13.953	14.333	22.082	22.680
Material	334	287	707	537
Serviços de Terceiros	2.926	2.734	10.671	9.602
Outros Encargos	48	32	98	58
Depreciação	98	119	106	137
Outras despesas administrativas	23	163	239	202
Total	17.383	17.669	33.903	33.216

21. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(1.695)	(1.521)	(1.695)	(2.114)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	(5.579)	0	(6.168)	0
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(7.274)	(1.521)	(7.863)	(2.114)

22. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências	(685)	(877)	(1.590)	(3.715)
Reversão de provisões	78	67	296	1.592
Saldo líquido de provisões constituídas	(607)	(809)	(1.294)	(2.123)

23. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	2018	2017
Alugueis Porto de Natal	442	363
Alugueis Porto de Maceió	27.572	13.721
Total receitas patrimoniais	28.014	14.083
(-) Deduções da receita	(1.181)	(1.327)
Total receitas patrimoniais líquidas	26.833	12.756

24. Outras (despesas)/receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

25. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

26. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

26.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

26.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente esta

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 24.885 mil (R\$ 24.447 em 2017), que representa 66% do total faturado (75% em 2017) no Terminal Salineiro de Areia Branca. O saldo a receber com a Salinor na mesma data totalizou R\$ 2.974 (R\$ 3.101 em 2017).

26.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores pagos totalizam R\$ 25 mil (R\$ 27 mil em 2017).

27. Reclassificação de Saldos Comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro”, precedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações de resultado e do valor adicionado.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o prejuízo líquido do exercício.

DRE	Controladora		
	2017	Reclassificação	2017
	(Apresentado)	Ref. TOTAL	(Reclassificado)
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(18.345)	[a] 676	(17.669)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(83.557)	0	(83.557)
Despesas tributárias	(51)	0	(51)
Provisões diversas	(1.521)	0	(1.521)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	(809)	0	(809)
Receitas patrimoniais	221	[c] 89	311
Outras (despesas)/receitas operacionais	3.616	[a+c] (766)	2.851
TOTAL	(100.446)	0	(100.446)

DRE	Consolidado		
	2017	Reclassificação	2017
	(Apresentado)	Ref. TOTAL	(Reclassificado)
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(33.892)	[a] 676	(33.216)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(83.557)	[b] (5)	(83.562)
Despesas tributárias	(51)	[c] 94	43
Provisões diversas	(2.114)		(2.114)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	(2.123)		(2.123)
Receitas patrimoniais	12.662		12.662
Outras (despesas)/receitas operacionais	(1.260)	[a+b+c] (766)	(2.025)
TOTAL	(110.335)	0	(110.335)

[a] refere-se as ao Rateio de Despesas com a Controlada, conforme Nota Explicativa nº 6. Anteriormente, a Companhia apresentou como uma receita, contudo, reconhecemos que é um abatimento das despesas gerais.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

[b] refere-se ao valor de Despesas Tributária (IPVA e Emplacamento) reconhecido, anteriormente, como uma Despesas de Operações de Arrendamento.

[c] refere-se ao valor de Despesas Tributária (PIS/COFINS) das vinculado a Outras Receitas Operacionais Operações, reconhecido, anteriormente, como uma Despesas de Operações de Arrendamento.

DVA		Controladora			
		2017	Reclassificação		2017
		(Apresentado)	Ref.	TOTAL	(Reclassificado)
1	Receitas	39.450		0	39.450
2	Insumos adquiridos de terceiros	(97.131)		0	(97.131)
3	Valor adicionado bruto	(57.681)		0	(57.681)
4	Retenções	(32.375)		0	(32.375)
5	Valor adicionado líquido	(90.056)		0	(90.056)
6	Valor adicionado recebido em transferência	5.869		(766)	5.103
6.1	Receitas financeiras	2.252		0	2.252
6.2	Outras	3.617	[a+c]	(766)	2.851
7	Valor adicionado a distribuir	(84.187)		(766)	(84.953)
8	Valor adicionado distribuído	(84.187)		(766)	(84.953)
8.1	Pessoal	29.154		(676)	28.477
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	23.900	[a]	(676)	23.224
8.1.2	Benefícios	5.254		0	5.254
8.2	Impostos, taxas e contribuições	5.751		(89)	5.661
8.2.1	Impostos, taxas e contribuições	5.751	[c]	(89)	5.661
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	1.546		0	1.546
8.4	Remuneração de capitais próprios	(120.638)		0	(120.638)

DVA		Consolidado			
		2017	Reclassificação		2017
		(Apresentado)	Ref.	TOTAL	(Reclassificado)
1	Receitas	66.761		0	66.761
2	Insumos adquiridos de terceiros	(112.856)		0	(112.856)
3	Valor adicionado bruto	(46.096)		0	(46.096)
4	Retenções	(107.618)		0	(107.618)
5	Valor adicionado líquido	(153.714)		0	(153.714)
6	Valor adicionado recebido em transferência	5.229		(766)	4.463
6.1	Receitas financeiras	2.378		0	2.378
6.2	Outras	2.851	[a+b+c]	(766)	2.085
7	Valor adicionado a distribuir	(148.485)		(766)	(149.250)
8	Valor adicionado distribuído	(148.485)		(766)	(149.250)
8.1	Pessoal	49.329		(676)	48.653
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	40.585	[a]	(676)	39.909
8.1.2	Benefícios	8.744		0	8.744
8.2	Impostos, taxas e contribuições	8.836		(89)	8.746
8.2.1	Impostos, taxas e contribuições	8.836	[b+c]	(89)	8.746
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	1.701		0	1.701
8.4	Remuneração de capitais próprios	(208.351)		0	(208.351)